

REFLEXÕES ÉTICAS E BIOÉTICAS APONTADAS NAS PESQUISAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO

Ana Fátima Viero Badaró
Lidiane de Fátima Ilha Nichele
Patricia Turra
Paula Xavier Gonzales
Sabrina Cabreira Barreto
Solano Dickel Dias

OBJETIVO

Rever as discussões e reflexões sobre questões éticas e bioéticas que envolvem a participação de crianças e adolescentes em pesquisas no âmbito nacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), assim como sua versão anterior, Resolução 196/66 CNS, preconiza que em pesquisas com crianças e adolescentes deve se ter o cuidado em respeitar sua dignidade e autonomia, bem como sua vontade em participar ou não das investigações. O Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) é assinado por seus responsáveis legais e, também, as crianças devem ter sua anuência manifestada através do termo de assentimento. Ainda, a garantia dos direitos fundamentais e de proteção da criança e do adolescente está prevista no art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nos estudos realizados com crianças e adolescentes, muitos são os dilemas éticos com os quais os pesquisadores se deparam. Algumas questões bioéticas envolvem situação de risco pessoal e social, podendo prejudicar o desenvolvimento saudável dos participantes. Além disso, há situações em que o pesquisador deve manter ou romper o sigilo e a confidencialidade com relação às informações obtidas durante a realização do estudo, com o intuito de promover ações protetivas relacionadas com os participantes da pesquisa. (NEIVA-SILVA et al, 2006).

METODOLOGIA

A revisão apresentada foi realizada a partir de pesquisa dos artigos produzidos no Brasil, disponíveis nas bases *Scielo*, *Lilacs BVS* e *Google Acadêmico*, sem delimitação do ano de publicação. A busca foi realizada em agosto de 2014 e foi conduzida a partir das seguintes palavras: crianças, adolescentes, ética, bioética e suas combinações, no idioma português. Foram definidos como critérios de inclusão inicial os artigos que apresentavam as questões éticas e bioéticas com crianças e adolescentes no título e/ou no resumo. Foram excluídos os artigos que envolvessem questões jurídicas e de legislação, estudos com análise sócio-antropológica, de ética na assistência, de opinião dos participantes, além dos trabalhos os

quais não se obteve acesso ao texto completo.

Com a análise dos textos na íntegra, caracterizou-se as discussões nas seguintes abordagens: situações que envolvem conflitos e/ou dilemas éticos; preservação da privacidade e/ou manutenção da confidencialidade; consentimento para participação nas pesquisas; e devolução dos dados aos participantes, aos responsáveis e às instituições.

RESULTADOS

A busca inicial resultou em 21 estudos, dos quais um estava repetido e dois não foram encontrados na íntegra. Após leitura dos textos, 11 foram excluídos de acordo com os critérios estabelecidos. Dessa forma, a amostra configurou-se em 7 artigos, em que o primeiro data de 2002 e os outros se estendem até o ano de 2014.

Quanto à categorização dos estudos selecionados, obteve-se: seis artigos na abordagem de conflitos e/ou dilemas nas pesquisas com crianças e/ou adolescentes; quatro que discutem a privacidade e/ou a confidencialidade dos dados e da preservação da identidade dos participantes; cinco deles estabelecem reflexões sobre obtenção do consentimento dos responsáveis e dos participantes; e três discorrem sobre a devolução dos dados aos participantes, seus responsáveis e às instituições.

Entre os conflitos e dilemas éticos observados destacam-se: retorno dos resultados das pesquisas à amostra estudada, crianças e adolescentes em situação de risco (violência domiciliar, abuso sexual) e anuência dos pais nas pesquisas envolvendo temáticas de abortamento e contracepção com adolescentes.

CONCLUSÃO

Os estudos demonstram a importância de se discutir e trocar experiências sobre o processo de obtenção do TCLE pelos pais ou responsáveis legais e, também, do assentimento de crianças e adolescentes investigados. Do mesmo modo, as situações de risco social dos participantes é apontada como uma questão relevante para a tomada de decisão em situações de conflitos éticos.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, P. et al. Questões éticas da pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*. v. 32, n. 4, p. 856-871, 2012.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

CAMPOS VELHO, M.T.A.; QUINTANA, A.M.; ROSSI, A.G. Adolescência, autonomia e pesquisa em seres humanos. *Revista Bioética*. v. 22, n. 1, p. 76-84, 2014.

FERREIRA, A.L.C.G.; SOUZA, A.I. Aspectos éticos nas pesquisas com adolescentes. Revista Bioética, v.20, n.1, p.56-59, 2012.

GAIVA, M.A.M. Pesquisa envolvendo crianças: aspectos éticos. Revista Bioética, v. 17, n. 1, p. 135-146, 2009.

KRAMER, S. Autoria e Autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 41-59, 2002.

NEIVA-SILVA, L; LISBOA, C.; KOLLER, S.H. Bioética na pesquisa com crianças e adolescentes em situação de risco: dilemas sobre o consentimento e a confidencialidade. Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis. v.17, n.3, p. 201-206, 2005.

SIGAUD, C.H.S. et al. Aspectos éticos e estratégias para participação voluntária da criança em pesquisa. Revista de Escola de Enfermagem da USP. v. 43, n. 2, p. 1342-1346, 2009.
